

Atraso de recursos torna inviável o SUDS

A implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), nos estados, foi iniciada há cerca de dois anos — em julho de 1987. Durante este período, apesar da alocação de recursos para o sistema, de sua irreversibilidade por já se encontrar constitucionalmente consagrado e da necessidade da municipalização do atendimento de saúde, o SUDS vem enfrentando sérios problemas para sua efetivação.

Na verdade, o quadro geral do atendimento de saúde no País é extremamente precário — salvo raras exceções. O atraso no repasse de verbas por parte dos cofres da União ao Ministério da Previdência levou alguns estados a situações desesperadoras. Só este mês, por exemplo, a Secretaria do Estado da Saúde de Rondônia recebeu a parcela referente a março. "O SUDS sofre do mal de ser um modelo socialista implantado num país capitalista", o dispara o diretor do Departamento de Serviços de Saúde da Sesau, Luiz Eduardo.

A Secretaria de Saúde do Acre — também vítima da falta de recursos e da ausência do cumprimento de um cronograma financeiro — teve que fechar, há dois meses, cinco hospitais regionais e 21 casas de parto. Estas unidades foram reabertas há 15 dias, após uma peregrinação do secretário Gilton Rezende a Brasília em busca de recursos. Nos postos de saúde faltava até mesmo gase para os curativos.

ABSTRAÇÃO

Em Minas Gerais, o SUDS é considerado uma abstração. Segundo o secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte, José Maria Borges, e técnicos do setor, o sistema existe

apenas no papel: o governo do Estado, que seria responsável pela implantação do SUDS com apoio dos municípios, está aplicando apenas 1,28 por cento do orçamento para o setor saúde no programa, quando deveria estar aplicando 13 por cento.

Se o SUDS estivesse funcionando hoje em Belo Horizonte, o município teria uma verba de NCz\$ seis milhões para implantar 250 postos de atendimento — o número necessário para atender à população. No entanto, hoje, os habitantes da capital mineira são pessimamente assistidos por apenas 67 postos municipais, 34 estaduais e duas policlínicas, quando deveria ter quase o triplo dos serviços apresentados.

Em Vitória do Espírito Santo, o setor de saúde nunca esteve tão mal. Por falta de pessoal e de condições de atendimento, o único hospital infantil do estado, o Nossa Senhora da Glória, está com uma de suas alas fechadas e o Hospital das Clínicas reduziu em 40 por cento o número de leitos à disposição da população.

CINCO MINUTOS

O presidente do Sindicato dos Médicos de Goiás, Antonio Carlos Gusmão, denuncia que a situação de degradação da rede hospitalar pública do SUDS no estado é pior, até pela falta de material básico e da total ausência de recursos para investimentos. Apesar da expansão da rede física, os postos de saúde estão sem condições de funcionamento por falta de remédios e equipamentos hospitalares.

Há ainda uma agravante. Segundo ele, o superintendente do SUDS em Goiás baixou uma norma de serviço onde o médico, para atender nos Centros de Assistência Integral à

Saúde (CAIS), é obrigado a atingir cota de 350 consultas por mês. Como os CAIS situam-se na periferia, os médicos só vão duas vezes por semana.

O SUDS também funciona precariamente na Bahia, devido, principalmente, ao péssimo estado dos 53 hospitais da rede pública e da falta de verbas para investimentos. O diretor de Serviços de Saúde da Secretaria de Saúde da Bahia, Renilson Rehem de Souza, aponta como principais dificuldades enfrentadas pelo estado para a operacionalização do SUDS, o valor da tabela de preços pagos aos hospitais particulares conveniados — 200 na Bahia — muito abaixo da realidade, e o número insuficiente da AIH (Autorização para Internamento Hospitalar) liberados pelo Inamps.

Ele se queixa também da falta de recursos para operar o programa: "Este ano, a Bahia não recebeu um centavo para investimento e está recebendo a verba de custeio com bastante atraso — a última verba recebida este mês, no valor de NCz\$ 9,5 milhões, foi ainda referente ao mês de março. Totalmente defasada diante da inflação", reclama.

O Ceará não é exceção neste quadro. Por conta do atraso na liberação de recursos, para os três primeiros meses do ano, os hospitais da rede pública, além dos que integram a rede privada, enfrentaram vários problemas de manutenção: aparelhos de Raios-X foram desativados, telefones cortados, consultórios tinham lâmpadas queimadas e janelas quebradas. Na Unidade Sanitária César Cals, a roupa usada pelos médicos, enfermeiros e auxiliares era lavada por uma dona-de-casa da comunidade de Lagamar, em Fortaleza, e entregue sem qualquer esterilização.

